

Conversão via exportação teve ^{Dívida Externa} bloqueio de Maílson em agosto

José Varella — 21.12.87

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — A principal razão que levou o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, a bloquear, em agosto, o projeto de conversão da dívida externa em exportação, que estava em fase final de elaboração pelo Banco Central, foi o impacto que estas operações trariam sobre a base monetária (dinheiro na economia). Até agosto, quando o projeto foi brecado, o Banco Central já havia recebido pedidos para conversão, nessa modalidade, de US\$ 12 bilhões que, se aprovados de uma só vez, representariam um impacto de Cz\$ 6 trilhões, o que provocaria um estouro na base monetária, que até setembro estava com saldo de Cz\$ 1,4 trilhão.

O resultado, segundo explicou uma alta fonte do Banco Central, seria uma pressão ainda maior sobre a inflação, já que o governo colocaria uma quantidade de cruzados no mercado muito maior do que o previsto. A idéia do BC, no entanto, era de que esta conversão fosse feita gradualmente mas, como não estava prevista no acerto de expansão de 375% no ano feito com o FMI, a meta teria que ser alterada.

Triangulação — O ministro considerava também que os excelentes resultados que vinham sendo obtidos na balança comercial não justificavam medidas de incentivo à exportação, já que a previsão para o saldo na balança, até o final do ano, era, na época, de US\$ 18 bilhões, um resultado recorde. Agora, a previsão já está sendo revista para US\$ 20 bilhões.

Além das questões técnicas, que seriam os efeitos imediatos deste tipo de operação sobre a economia, a conversão em exportação começou a apresentar



Maílson brecou negócios envolvendo US\$ 12 bilhões

distorções antes mesmo do projeto ser aprovado. A idéia inicial do Banco Central era de que a conversão em exportação fosse autorizada apenas para produtos não tradicionais, para mercados não tradicionais e proibida a triangulação. Isto quer dizer que o Brasil somente poderia exportar, através do sistema, produtos que não fizessem parte da pauta das exportações brasileiras, como navios, para mercados com os quais o Brasil não mantivesse relações comerciais (mercados novos). A triangulação, que seria uma operação de venda de produto tradicional do Brasil para outro país, que revenderia este produto para outros mercados, também era proibida.

Soja — Apesar deste contingenciamento, começou a chegar ao Banco Central uma série de pedidos que não se enquadravam nesta exigência. O setor

automobilístico, mais precisamente a Autolatina, com dificuldade de colocação de seus automóveis no mercado americano, foi um dos que pressionou o Banco Central a aprovar a exportação via conversão. Por esta operação, o governo pagaria ao exportador brasileiro em cruzados e receberia, como pagamento, títulos da dívida brasileira, que seriam adquiridos pelos compradores dos produtos brasileiros. Ao invés de receber dólares para aumentar suas reservas, o país receberia títulos da dívida, o que significa que este tipo de operação beneficiaria apenas o exportador da mercadoria.

Além do setor automobilístico, começaram a chegar pedidos para exportação de soja via conversão, o que era absolutamente inaceitável pelo governo, já que este é um produto tradicional com mercado garantido.